



JOCÉLIO LEAL

MARQUISE CONVERSA COM A CHINESA CCCC

O Grupo Marquise está avançando em entendimentos com a China Communications Construction Company (CCCC), uma das maiores empresas de engenharia do mundo, com mais de 100 anos de experiência e atuação em cerca de 150 países. Ontem, executivos de ambas as empresas se reuniram em Fortaleza.

Na mira de ambas, projetos de infraestrutura e serviços públicos - incluindo portos, sistemas metroferroviários e de água e esgoto, tanto em obras públicas quanto em projetos de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Em 13 de abril do ano passado, o presidente Lula (PT) se reuniu, em Xangai, na China, com o presidente

do Conselho da CCCC, Wang Tongzhou. Wang chegou a propor a criação de mecanismos de troca direta entre o Yuan (moeda chinesa) e o Real para facilitar transações financeiras entre os dois países.

O diretor de Infraestrutura do Grupo Marquise, Renan Carvalho, não revela o teor dos entendimentos. Obedece às cláusulas de confidencialidade. Ele destaca a sinergia entre os grupos. "A CCCC está há mais de um século atuando. O Grupo Marquise, há quase 50 anos. Espero que este encontro possa prosperar e render bons projetos em um futuro bem próximo", despista Renan.

Pela Marquise, além de Renan, se encontraram o superintendente de Obras, Edinei Mendes. Pela CCCC, o CEO para América Latina, Lin Li, a diretora

comercial para América Latina, Liqiao Wang, o diretor Comercial para o Brasil, Gustavo Dantas, e o diretor de EPC ("Engineering, Procurement and Construction") ou Engenharia, Gestão de Compras e Construção) para o Brasil Zhu, Felipe Fernandes.

A companhia tem contrato assinado desde 2020 para fazer a ponte Salvador-Itaparica, de 12,4 km. A expectativa é que as obras comecem no início de 2025. O consórcio da ponte é formado pela CCCC e por duas outras empresas chinesas: China Railway 20 Bureau Group Corporation - CR20; CCCC South America Regional Company S.A.R.L - CCCC SOUTH AMERICA e China Communications Construction Company Limited - CCCCLTD. A obra tem custado estimado em R\$ 13 bilhões.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma reforma nada simples

O advogado tributarista Schubert Machado não bate palmas para o projeto de lei complementar que inicia a segunda parte da reforma tributária relativa ao consumo. Pelo contrário, ele franze o cenho. Como lembra Schubert, vendida desde seu nascedouro como simplificadora e isonômica, diante do texto do projeto de lei com 499 artigos e 24 anexos, na verdade, adverte, "escancara a complexidade e os tratamentos desiguais". Ele não tem dúvidas de que fica muito clara a maior preocupação do fisco: maximizar a arrecadação. "Inclusive com expedientes escamoteados, como é o caso das graves restrições ao aproveitamento dos créditos, fazendo com que o IBS perca boa parte da sua condição de imposto sobre o valor agregado".

REFORMA TRIBUTÁRIA II

"A coisa complicou", diz Schubert

Ele observa também que a lei prevê o princípio da neutralidade, mas, no mesmo artigo, faz a ressalva de determinadas exceções. "Trata da incidência do imposto em operações gratuitas. Delega para o regulamento o poder de tratar de matéria reservada à lei. Tudo no sentido de mais arrecadar". Em tempo, para aqueles que diziam que os advogados eram contra a reforma tributária porque a simplificação por ela prometida reduziria o mercado de trabalho, Schubert faz um alerta: "Agora trazem uma imensidão de afazeres aos tributaristas. A coisa complicou!"

MAIS 60 LOJAS

Roma Joias faz evento para 1 mil revendedoras

Com 5 mil revendedoras no Ceará, Grupo Roma pretende chegar a 100 mil representantes em todo o País e desenhou plano de negócios com a abertura de 60 novas lojas no Brasil no prazo de cinco anos. Amanhã, o presidente do Grupo, Henrique Lima, lança em Fortaleza uma linha de joias em prata. A coleção será apresentada durante o Roma

Day, evento com cerca de 1 mil revendedoras da marca. Hoje, são 40 lojas no Ceará, Goiás, Pernambuco e São Paulo, mas fala em abrir mais 60 no País. Com 30 anos no mercado de semijoias e acessórios multi-marca, o Grupo Roma investiu declarados R\$ 15 milhões em uma fábrica em Limeira (SP) para lançar sua marca própria de joias.



DIVULGAÇÃO

HORIZONTAIS



Curto no trio - Há algo de muito estranho no descompasso entre o Fortal, Secretaria da Segurança e Secretaria do Turismo do Estado. O estranhamento do secretário da Segurança Pública, Samuel

Elânio, ante a localização, no entorno do Aeroporto Pinto Martins, não orna com o entusiasmo da secretária do Turismo, presente ao lançamento.



Aponte a câmera do celular e acesse mais notas exclusivas de Jocélio Leal.

Docentes das universidades federais do CE recusam proposta do Governo Federal e seguem em greve

REAJUSTE | No Estado, o movimento paredista foi deflagrado pela UFC, UFCA e Unilab

GABRIELA ALMEIDA

gabriela.almeida@opovo.com.br

REPRODUÇÃO: ADFUC



Professores das universidades federais do Ceará rejeitaram ontem a proposta salarial apresentada pelo Governo Federal de reajuste de 9% em 2025 e de 3,5% em 2026. Com a recusa, os trabalhadores, que buscam reestruturação de carreiras e recomposição de salário, seguem em greve.

Movimento paredista foi deflagrado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Os técnico-administrativos entraram em greve ainda em março, já os docentes decidiram pela paralisação em abril.

De acordo com o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc), uma assembleia geral ocorreu ontem nos jardins da reitoria da UFC e em alguns campi do Interior para decidir acerca da proposta salarial que o Governo Federal propôs no dia 19 deste mês.

Conforme Adufc, o poder executivo sinalizou "a permanência de 0% de reajuste em 2024", mas ofereceu 9% em 2025 e 3,5% em 2026", sendo que a proposta anterior era de "4,5% em cada um desses anos".

"Essa proposta avança, mas ainda deixa muito a desejar, porque continua sem nenhum reajuste em 2024, melhor em 2025, mas reduz em 2026", disse a professora Irenísia Oliveira, presidenta do sindicato.

Em relação a reestruturação da carreira docente, que é uma das demandas apresentadas pelos trabalhadores, a entidade educacional sinalizou que a proposta do Governo Federal "prioriza os níveis mais avançados" e mostrou preocupação pelo fato de que "os níveis mais penalizados são os iniciais".

Durante assembleia, por meio de votação os trabalhadores optaram em não aceitar a negociação proposta pela entidade e, dessa maneira, seguir em greve. Decisão foi unânime e contou com 240 votos.

Resultado será encaminhado ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), "que enviará uma resposta oficial ao Palácio do Planalto até hoje.

Em reunião também ficou aprovado um bloco de encaminhamentos, que conta com uma "mobilização conjunta para o ato do 1º de Maio; realização de aulas públicas; fortalecimento da divulgação das pautas locais; panfletos e discussão de espaços críticos de construção coletiva", entre outras ações.

VOTAÇÃO ocorreu na reitoria da UFC e em alguns campi do Interior



BC

Os servidores do Banco Central aceitaram ontem a proposta de reajuste de até 10,9% em janeiro de 2025 e de até 10,9% em maio de 2026

Em maio. Benefícios

Governo vai reajustar em 52% auxílio-alimentação de servidores federais

O governo federal fechou ontem um acordo com entidades representativas dos servidores públicos federais para reajustar em 52% o auxílio-alimentação a partir de maio de 2024, com pagamento em 1º de junho. Com a medida, o benefício passará de R\$ 658 para R\$ 1 mil.

As negociações foram conduzidas pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI). De acordo com a nota divulgada à imprensa, já no ano passado, os servidores tiveram um aumento salarial linear de 9% e uma elevação de 43,6% no auxílio-alimentação (que era R\$ 458 e foi para R\$ 658).

No acordo, também ficou decidido que haverá um aumento no auxílio-saúde, denominado de assistência à saúde complementar per capita média. O valor do benefício, hoje de R\$ 144,38, passará para cerca de R\$ 215. Também haverá um acréscimo no auxílio-creche, que é de R\$ 321 e vai para R\$ 484,90.

De acordo com o MGI, somente o aumento do auxílio-alimentação traz um ganho de renda

acima de 4,5% para mais de 200 mil servidores ativos - aqueles que ganham até R\$ 9 mil mensais. Já aos servidores com as menores remunerações e que recebem, simultaneamente, os três benefícios (alimentação, saúde e creche), o aumento na remuneração total chegará a 23%.

A pasta diz ainda que, além dos reajustes nos benefícios, o governo também se comprometeu a implantar até julho todas as mesas específicas de carreiras que ainda não foram abertas. Atualmente, são 18 mesas abertas, sendo que 10 já chegaram a acordos.

O secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, disse que a proposta do governo aprovada ontem atua contra as disparidades existentes no serviço público federal. "Apesar das restrições orçamentárias existentes, a ministra Esther Dweck fez um esforço bastante grande para conseguir um espaço financeiro que permitisse elaborar esta proposta." (Agência Estado)